

Sociologia ambiental: um novo paradigma*

Recebido: 06.05.21
Aprovado: 30.06.21

William R. Catton Jr.
& Riley E. Dunlap¹

* Tradução de Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, v. 13, n. 1, p. 41-49, Fev. 1978. Artigo publicado com autorização da American Sociological Association (ASA), detentora dos direitos autorais do artigo original. Agradecemos a Riley Dunlap pelo auxílio na negociação com a ASA para que esta publicação fosse possível. Os autores publicaram em 1980 uma versão revisada e expandida do argumento exposto neste texto, a qual Dunlap recomenda para os leitores interessados: William R. Catton, Jr. & Riley E. Dunlap. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. *American Behavioral Scientist*, v. 24, n. 1, p. 15-47, 1980.

Tradução de Larissa do Carmo Inácio, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, membro do Grupo de Pesquisa Ciências, Tecnologias

Resumo: Perspectivas teóricas na sociologia, ostensivamente diversas e que competem entre si são semelhantes em seu antropocentrismo. Para qualquer uma dessas perspectivas, portanto, muitas das experiências sociais contemporâneas e futuras devem parecer anômalas. Sociólogos do meio ambiente buscam entender as transformações sociais recentes através de um paradigma não antropocêntrico. Em razão de as restrições dos ecossistemas, agora, representarem sérios problemas tanto para as sociedades humanas como para a sociologia, três pressupostos muito distintos do prevalente Paradigma da Excepcionalidade Humana (PEH) se tornaram essenciais. Eles formam um Novo Paradigma Ambiental (NPA). Sociólogos que aceitam esse Novo Paradigma Ambiental não têm dificuldades de apreciar a relevância sociológica de variáveis tradicionalmente excluídas da sociologia. O cerne da sociologia ambiental é, de fato, o estudo das interações entre o meio ambiente e a sociedade. Em um trabalho recente orientado pelo NPA, sociólogos exemplificaram a utilidade desse paradigma em questões relativas à estratificação social.

Palavras-chave: Sociologia ambiental. Novo Paradigma Ambiental. Antropocentrismo. Meio ambiente e sociedade. Estratificação social.

Environmental sociology: a new paradigm

Abstract: Ostensibly diverse and competing theoretical perspectives in sociology are alike in their shared anthropocentrism. From any of these perspectives, therefore, much contemporary and future social experience has to seem anomalous. Environmental sociologists attempt to understand recent societal changes by means of a non anthropocentric paradigm. Because ecosystem constraints now pose serious problems both for human societies and for sociology, three assumptions quite different from the prevalent Human Exceptionalism Paradigm (HEP) have become essential. They form a New Environmental Paradigm (NEP). Sociologists who accept this New Environmental Paradigm have no difficulty appreciating the sociological relevance of variables traditionally excluded from sociology. The core of environmental sociology is, in fact, study of interactions between environment and society, recent work by NEP-oriented sociologists on issues pertaining to social stratification exemplifies the utility of this paradigm.

Keywords: Environmental sociology. New Environmental Paradigm. Anthropocentrism. Environment and society. Social stratification.

e Públicos.
<larissacinacio@gmail.com>.

Revisão técnica de Tiago Ribeiro Duarte, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, coordenador do Grupo de Pesquisa Ciências, Tecnologias e Públicos.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1625-6866>.
<ribeiroduarte.tiago@gmail.com>.

I. William R. Catton Jr. e Riley E. Dunlap eram, à época da publicação, professores da Washington State University.

1. *“That an occasion for retooling has arrived”*.

2. No fim dos anos 1960, um Grupo de Pesquisa em Recursos Naturais foi formado na União Soviética e, em 1973, a Sociedade para os Estudos dos Problemas Sociais (SSSP) estabeleceu uma Divisão de Problemas de Ambientais.

A sociologia aparenta ter atingido um impasse. Os esforços dos sociólogos para assimilar em suas teorias favoritas alguns dos eventos que moldaram as sociedades humanas ao longo da última geração, às vezes contribuíram mais para a fragmentação da comunidade sociológica do que para uma explicação convincente dos fatos sociais. Mas, como Thomas Kuhn (1962: 76) demonstrou, um tal impasse frequentemente significa “que a ocasião para a reequipagem chegou”¹. O surgimento dos problemas ambientais e, especialmente, o advento das preocupações sobre os “limites ao crescimento” sinalizaram o agudo afastamento das expectativas exuberante que a maioria dos sociólogos compartilhava com o público em geral. Problemas e restrições ambientais contribuíram para a inquietação geral da sociedade americana, provocada pelos eventos dos anos 1960. Sociólogos, não menos que outras pessoas pensantes, ainda estão se digladiando com a dramática mudança dos calmos anos 1950, quando o sonho americano de progresso social, mobilidade ascendente e estabilidade social pareciam seguros.

Em 1976, a Associação Estadunidense de Sociologia, seguindo os precedentes definidos alguns anos antes pelas Sociedade Rural de Sociologia e Sociedade para os Estudos dos Problemas Sociais (SSSP), estabeleceu uma nova “Seção em Sociologia Ambiental”². Neste trabalho, tentaremos explicar o desenvolvimento da sociologia ambiental, mostrando como isso representou uma tentativa de compreender as recentes transformações societárias, difíceis de ser compreendidas a partir das perspectivas sociológicas tradicionais. Ao invés de simplesmente representar a ascensão de outra especialidade na disciplina, a emergência da sociologia ambiental reflete o desenvolvimento de um novo paradigma, e esse paradigma pode ajudar a nos desprender desse impasse acima referido.

O “Novo Paradigma Ambiental” (NPA), implícito na sociologia ambiental, é obviamente apenas um entre vários candidatos a substituir ou a alterar o, cada vez mais obsoleto, conjunto de pressupostos que definiu a natureza da realidade social para a maioria dos sociólogos. Sociólogos ambientais – não menos do que os defensores das muitas alternativas que Alvin Gouldner (1970) descreveu – estão tentando entender um “senso do que é real”. Além disso, acreditamos que o NPA pode contribuir de forma muito mais efetiva para o entendimento das condições sociais contemporâneas e futuras do que as perspectivas sociológicas anteriores. Para ilustrar a força desse paradigma para o esclarecimento de questões sociológicas importantes, descreveremos, brevemente, alguns estudos baseados no NPA de problemas de estratificação social. Mas, primeiramente, devemos cotejar o antigo e o novo conjunto de pressupostos.

O “Paradigma da Excepcionalidade Humana”

As numerosas perspectivas teóricas que competem entre si na sociologia contemporânea (funcionalismo, etnometodologia, teoria do conflito, marxismo, e assim por diante) tendem a exagerar suas diferenças. Pretendem ser paradigmas por mérito próprio, e são constantemente percebidas como tal (ver, por exemplo, Deni-soff, Callahan & Levine, 1974; Ritzer, 1975). Mas elas também foram construídas simplesmente como perspectivas “pré-paradigmáticas” concorrentes (Friedrichs, 1972). Sustentamos que sua aparente diversidade não é tão importante quanto o antropocentrismo subjacente a *todas* elas.

Esse antropocentrismo mútuo é parte de uma visão de mundo sociológica básica (Klausner, 1971: 10-11). Chamamos essa visão de mundo de “Paradigma da Excepcionalidade Humana” (PEH). Essa aceitação dos pressupostos do PEH dificultou, para a maioria dos sociólogos, independentemente de sua orientação preferida, a forma como lidar com as implicações sociais dos problemas e com as restrições ecológicas. Portanto, o PEH tornou-se cada vez mais obstrutivo aos esforços de se compreender a experiência social contemporânea e futura.

O PEH compreende vários pressupostos que foram desafiados por recentes contribuições ao conhecimento ou tiveram suas implicações otimistas desafiadas por eventos que ocorreram nos anos 1970. Aceitos, explícita ou implicitamente, por todas as convicções teóricas, incluem:

- i.* os humanos são seres únicos entre as criaturas da Terra, pois eles têm cultura;
- ii.* a cultura pode variar quase infinitamente e pode mudar muito mais rapidamente do que os traços biológicos;
- iii.* portanto, muitas das diferenças humanas são socialmente induzidas, ao invés de inatas; podem ser socialmente alteradas e diferenças inconvenientes podem ser eliminadas;
- iv.* assim, a acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, fazendo com que todos os problemas sociais sejam, finalmente, solucionáveis.

A aceitação sociológica de tal visão de mundo otimista foi, sem dúvida, promovida pela prevalência da doutrina do progresso na cultura ocidental, onde a sociologia acadêmica foi gerada e nutrida. Foi sob o ramo estadunidense da cultura ocidental

que a sociologia floresceu mais plenamente, e isso ficou claro para os analistas estrangeiros da vida americana – de Tocqueville a Laski –, que a maioria dos estadunidenses, até recentemente, acreditavam fortemente que o presente era melhor que o passado, e que o futuro seria melhor que o presente. Sociólogos poderiam facilmente compartilhar essa convicção quando os recursos naturais ainda eram tão abundantes que os limites para o progresso permaneciam despercebidos. O historiador David Potter (1954) tentou alertar os seus colegas para alguns pressupostos não declarados e não examinados que moldavam seus estudos; suas palavras têm igual relevância para os sociólogos:

3. Para um alerta anterior de que essa força produtora de exuberância poderia ser temporária, veja William G. Sumner (1896). Poucos sociólogos do século XX levaram a advertência a sério.

4. A capacidade de carga é um conceito ecológico que diz respeito ao número de seres que um ambiente pode suportar, sem impactos negativos significativos para o organismo e o seu ambiente (n. da trad.).

5. Mesmo os ecologistas humanos sociológicos limitaram sua atenção principalmente ao ambiente social ou espacial, e não ao ambiente físico (ver Michelson, 1976: 17-23), refletindo sua adesão ao PEH.

6. Ver Miller (1972) para uma discussão lúcida sobre essas leis.

O fator da abundância, que descobrimos, primeiramente, como condição ambiental e que convertemos então, por meio da mudança tecnológica, em força cultural e física, influenciou todos os aspectos da vida estadunidense de maneira fundamental (Potter, 1954: 141)³.

Os sociólogos não apenas foram demasiadamente negligentes com o fato de que nossa sociedade obteve qualidades especiais da abundância passada; a herança da abundância tornou difícil aos sociólogos perceberem a possibilidade de uma era de escassez descontrolada. Por exemplo, conceitos ecológicos como “capacidade de carga”⁴ são estranhos ao vocabulário da maioria dos sociólogos (Catton, 1976a; 1976b). Desconsiderar, ainda, esses conceitos equivale supor que a capacidade de um ambiente seja sempre ampliada, conforme as necessidades – negando, portanto, a possibilidade de escassez.

A dependência da sociedade humana do ecossistema tem sido negligenciada de forma evidente na literatura sociológica sobre desenvolvimento econômico (veja Horowitz, 1972), pois simplesmente não reconheceu os limites biogeoquímicos para o progresso material. Uma renovada atenção sociológica para a teoria da evolução societal (Parsons, 1977) raramente presta muita atenção à base de recursos a que estão sujeitas as explorações “mais eficientes”, conforme as sociedades se tornam mais diferenciadas internamente e, assim, são “atualizadas adaptativamente”. Nessa literatura, a palavra “meio ambiente” se refere quase que inteiramente ao “meio ambiente simbólico” da sociedade (sistemas culturais) ou ao “meio ambiente social” (sistemas sociais ambientais)⁵.

É o hábito de negligenciar as leis de outras ciências (como o Princípio da Entropia e a Lei da Conservação de Energia)⁶ – como se as ações humanas não fossem afetadas por elas – que permite a um sociólogo tão distinto quanto Daniel Bell (1973: 465) afirmar que a questão da humanidade seja “não a subsistência, mas o padrão de vida, não a biologia, mas a sociologia”, e insista que as necessidades básicas são “saciáveis e a possibilidade da abundância seja real”, impute a “histeria apocalíp-

tica” ao “movimento ecológico” e considera banal, ao invés de questionável, a expectativa de que o crescimento dos “juros compostos” continue por mais cem anos. Da mesma forma, essa negligência permitiu a Amos Hawley (1975: 8-9) escrever que “não há limites conhecidos para o aprimoramento das tecnologias” e a pressão populacional sobre os recursos não agriculturáveis não está “atualmente sendo sentida, nem é provável que seja sentida no futuro próximo”. Essas visões refletem um firme compromisso com o PEH.

A sociologia ambiental e o “Novo Paradigma Ambiental”

Quando a apreensão pública começou a ser suscitada com relação aos recentemente perceptíveis problemas ambientais, os cientistas que atuavam como formadores de opinião não eram os sociólogos. Eles arrolavam personalidades como Rachel Carson, Barry Commoner, Paul Ehrlich e Garetta Harding – biólogos. A liderança em enfatizar a precariedade da condição humana foi perdida pelos sociólogos, pois, até recentemente, a maioria era socializada a partir de uma visão de mundo que tornava difícil reconhecer a realidade e o completo significado dos problemas e das limitações ambientais com a qual nos confrontamos agora. Devido à nossa aceitação do PEH, nossa disciplina esteve focada nos humanos de modo a negligenciar o habitat; as considerações de nosso ambiente social não deixaram emergir considerações sobre nossas circunstâncias físicas (Michelson, 1976: 17). Além disso, tivemos uma fé sem reservas de que o equilíbrio entre a população e os recursos poderia e alcançaria níveis não catastróficos, desde que tecnologia e organização mediassem as relações entre as crescentes populações e seu habitat terrestre (ver, por exemplo, Hawley, 1975).

Mas, estimulados por eventos perturbadores, alguns sociólogos começaram a ler autores como Rachel Carson (1962), Barry Commoner (1971), Paul e Anne Ehrlich (1970) e Garrett Hardin (1968), e começaram a retirar as vendas do PEH. Assim que os pressupostos de longa data começaram a perder seu poder, começamos a reconhecer que a realidade das limitações ecológicas colocou sérios problemas para as sociedades humanas e para a disciplina da sociologia (ver, como exemplo, William Burch Jr., 1971). Começou a parecer que, para compreender o mundo, era necessário repensar a tradicional norma durkheimniana de pureza sociológica – de que os fatos sociais, por exemplo, pudessem ser explicados apenas pela relação com outros fatos sociais. O resultado gradual de repensar desse processo foi o desenvolvimento da sociologia ambiental.

A sociologia ambiental claramente ainda está em seus anos formativos. Na virada da década, a crescente preocupação com o “meio ambiente” como problema social le-

vou a numerosos estudos das atitudes públicas em relação às questões ambientais e ao “Movimento Ambiental” (ver Albrecht & Mauss, 1975). Uma aliança se desenvolveu gradualmente entre sociólogos com esses interesses e sociólogos com uma série de outras preocupações – incluindo interesses bastante estabelecidos, tais como o ambiente “construído”, os riscos naturais, o gerenciamento de recursos e a recreação ao ar livre, assim como novos interesses, como a “avaliação do impacto social” (exigida pela Lei Nacional de Política Ambiental de 1969). Após a crise energética de 1973, muitos sociólogos – incluindo muitos com interesses anteriores em uma ou mais das áreas acima mencionadas – começaram a investigar os efeitos da escassez de energia, em particular, e das restrições de recursos, em geral, na sociedade: o sistema de estratificação, a ordem política, a família e assim por diante. (Para uma indicação do alcance dos interesses dos sociólogos ambientais, ver Dunlap, 1975; Manderscheid, 1977; para revisões da literatura, ver Dunlap e Catton, 1979; Humphrey e Buttel, 1976).

Esses interesses diversos estão relacionados a uma especialidade cada vez mais conhecida como sociologia ambiental pela aceitação das variáveis “ambientais” como significativas para a investigação sociológica. Concepções de “meio ambiente” vão desde o ambiente “artificial” (ou “construído”) até o ambiente “natural”, com uma variedade de ambientes “humanamente alterados” entre as duas categorias – por exemplo, ar, água, ruídos e poluição visual. De fato, o estudo da interação entre o meio ambiente e a sociedade é o cerne da sociologia ambiental, como defendido, vários anos atrás, por Allan Schnaiberg (1972)⁷. Isso envolve estudar os efeitos do meio ambiente na sociedade (por exemplo: abundância ou escassez de recursos na estratificação) e os efeitos da sociedade no meio ambiente (por exemplo: as contribuições dos diferentes sistemas econômicos na degradação ambiental)⁸.

O estudo de uma tal interação repousa no reconhecimento de que os sociólogos não podem mais se dar ao luxo de ignorar o meio ambiente em suas investigações, e essa virada parece depender, a princípio, da aceitação tácita de um conjunto de pressupostos bastante diferente daqueles que subjazem ao PEH. A partir dos escritos de vários sociólogos ambientais (Charles Anderson, 1976; William Burch Jr, 1971; 1976; Frederick Buttel, 1976; William Catton, 1976a; 1967b; Denton Morrison, 1976; Allan Schnaiberg, 1972, 1975) é possível extrair um conjunto de pressupostos sobre a natureza da realidade social que permanece em forte contraste com o PEH. Chamamos esse conjunto de pressupostos de “Novo Paradigma Ambiental”, ou NPA (ver Riley Dunlap e Kent Van Liere, 1977, para um uso mais amplo do termo, referindo-se às crenças pública emergentes):

- i.* seres humanos são apenas mais uma espécie entre as muitas que estão interdependentemente envolvidas em comunidades bióticas que moldam a vida social;

7. Isso não significa que os sociólogos ambientais focalizem tão somente as relações bivariadas entre as variáveis sociais e ambientais, como ilustrado pela dialética socioambiental” de Schnaiberg (1975), a ser discutida abaixo.

8. Para uma visão alternativa e mais restrita do domínio da sociologia ambiental, ver John Zeisel (1975, Cap. 1).

ii. ações humanas propositais têm consequências não intencionais produzidas pelas relações complexas de causa e efeito e *feedback* na teia da natureza; e

iii. o mundo é finito, de modo que há potentes limites físicos e biológicos restringindo o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos sociais.

Fatos ambientais e fatos sociais

Sociólogos que aderem ao NPA prontamente aceitam como factual a sentença de abertura do principal artigo de uma edição recente do *Social Science Quarterly*, dedicado à “Sociedade e escassez”:

Nós herdamos, ocupamos e deixaremos como legado um mundo de escassez: os recursos não são adequados para prover tudo o que queremos. Esse é um mundo, portanto, de limitações, restrições e conflitos, que requer que suportemos os custos e pede por uma coordenação comunitária (Allen, 1976: 263).

Por outro lado, dos partidários persistentes do PEH, acostumados a contar com avanços tecnológicos e organizacionais geralmente benignos e sem limites, seria de se esperar que desconsiderassem tal afirmação como mera manifestação da presunção ingênua de que o “estado da arte” é fixo (ver, por exemplo: Hawley, 1975: 6-7).

Da mesma forma, sociólogos que se converteram aos pressupostos do NPA não têm dificuldades em apreciar a relevância sociológica do seguinte fato: os US\$ 36 bilhões que custam, anualmente, a importação de petróleo para a complementação dos reduzidos estoques americanos, são parcialmente compensados pela exportação de US\$ 23 bilhões em produtos agrícolas – às custas de um enorme desgaste do solo (van Bavel, 1977). Sociólogos ambientais esperam mudanças sociais importantes se o solo ou o petróleo, ou os dois, se esgotarem. Mas, sociólogos ainda vinculados ao PEH provavelmente ignorariam esses assuntos, sustentando que o petróleo e o solo são variáveis irrelevantes para os sociólogos. Contudo, acreditamos que apenas levando esses fatores em consideração – como o declínio dos recursos energéticos – é que os sociólogos podem continuar a compreender e a explicar os “fatos sociais”. Tentaremos demonstrar isso pelo exame de alguns trabalhos de sociólogos orientados pelo PEH em uma das áreas que eles começaram a examinar – a estratificação social.

A utilidade do NPA: trabalho recente em estratificação social

A maioria dos trabalhos existentes na área de estratificação parece repousar sobre o Paradigma da Excepcionalidade Humana, por “[...] não considerar, adequadamente, o contexto de restrição de recursos, ou a falta dele, no qual o sistema de estratificação opera [...]” (Morrison, 1973: 83). Passamos, portanto, a descrever trabalhos recentes na área realizados por sociólogos ambientais, em um esforço de ilustrar os *insights* sobre processos de estratificação fornecidos pelo NPA. Vamos nos limitar à discussão de três tópicos:

- i. o atual declínio nas condições de vida experimentado por muitos americanos;
- ii. as clivagens contemporâneas e prováveis no futuro de nosso sistema de estratificação; e
- iii. os prospectos problemáticos de acabar com a autoperpetuação da pobreza.

O atual declínio nas condições de vida

A maioria dos americanos está preocupada com sua situação econômica (Strumpel, 1976: 23). Em *Food, shelter and the American dream*, Stanley Aronowitz (1974) exemplifica a crescente consciência de que algo não está indo de acordo com o esperado – os antigos ideais de progresso social, aumento da prosperidade e conforto material, bem como a mobilidade individual e intergeracional para todos os seguimentos da sociedade não estão sendo realizados (ver também Anderson, 1976: 1-3). Ainda assim, na tentativa de compreender essas mudanças, mesmo um “sociólogo crítico” como Aronowitz parece impedido pelo PEH. Ele vê a escassez de alimentos, gasolina, óleo combustível, dentre outras, como o resultado de “manipulações” pelas grandes corporações nacionais e supranacionais, e é cético em relação à ideia de que a escassez de recursos pode ser real. Assim, sua solução para o declínio dos padrões de vida americanos seria, à primeira vista, unicamente política: reduzir o poder das grandes corporações.

Embora muitos sociólogos ambientais não neguem que as companhias de petróleo se beneficiariam da escassez energética, sua aceitação do NPA leva a uma explicação diferente das tendências econômicas recentes. Allan Schnaiberg (1975: 6-8), por exemplo, explicou uma “dialética societária-ambiental” muito útil. Com a tese de que a “expansão econômica é um desiderato social” e a antítese de que a “per-

turbação ecológica é uma consequência necessária à expansão econômica”, uma dialética emerge com a aceitação da proposição de que a “perturbação ecológica é danosa para a sociedade humana”, Schnaiberg aponta três *sínteses* alternativas dessa dialética:

i. uma *síntese* que ignora as perturbações ecológicas e procura maximizar o crescimento;

ii. uma *síntese do gerenciamento da escassez*⁹ que lida com a mais óbvia e perniciosa das consequências da utilização dos recursos ao impor controles sobre indústrias e recursos selecionados; e

iii. uma *síntese ecológica*, na qual o “controle substancial tanto sobre a produção como sobre a demanda efetiva de bens” é usado para minimizar as perturbações ecológicas e manter uma “produção sustentável” dos recursos.

Schnaiberg (1975: 9-10) argumenta que a síntese adotada será influenciada pela estrutura básica da economia de uma sociedade, com sociedades “regressivas” (expansivas da desigualdade) com maior probabilidade de manter a síntese “econômica” e sociedades “progressivas” (fomentadoras da equidade) menos resistentes à síntese “ecológica”¹⁰. Não surpreende, portanto, que os Estados Unidos, com uma economia “não redistributiva”, optaram cada vez mais pelo “gerenciamento da escassez” como solução para os problemas ambientais e de recursos¹¹.

Gerenciar a escassez envolve, por exemplo, combater as perturbações ecológicas, forçando as indústrias a diminuir a poluição, com os custos resultantes passados adiante para o consumidor via aumento dos preços, e combater a escassez de recursos via aumento dos impostos (e, assim, com preços mais altos para o consumidor) sobre os produtos escassos. Há um reconhecimento crescente dos impactos altamente regressivos de ambos os mecanismos (Morrison, 1977; Schnaiberg, 1975), assim, a dependência governamental no “gerenciamento da escassez”, ao lidar com a poluição e a escassez de recursos, explica, ao menos em parte, o agravamento da situação econômica das classes média, trabalhadora e, especialmente, das classes menos favorecidas – uma situação na qual alimento e moradia adequados são, frequentemente, difíceis de obter. Infelizmente, esses males econômicos não podem ser simplesmente corrigidos, retornando-se à síntese econômica. As sérias ameaças à saúde impostas pelos poluentes, as mudanças potencialmente devastadoras no ecossistema provocadas pelo crescimento econômico e tecnológico descontrolado (destruição da camada de ozônio, alterações na temperatura atmosférica, entre outros) e a realidade inegável da escassez iminente de recur-

9. O termo usado por Schnaiberg foi “escassez planejada”, mas como os adeptos do PEH podem supor que a frase se refere à escassez causada pelos planejadores – em vez das escassezes (e seus outros custos) alocadas pelos planejadores –, preferimos falar em “gerenciamento da escassez”.

10. Portanto, entre as nações industriais, a Suécia, por exemplo, parece ter chegado mais perto da síntese ecológica, enquanto a China representa a maior aproximação disso como nação em desenvolvimento (Andreson, 1976: 241-251). Em contraste, países em desenvolvimento altamente regressivos, como o Brasil, parecem fortemente comprometidos com a síntese econômica.

11. A economia dos Estados Unidos é “não redistributiva”, pois, no geral, seus padrões de desigualdade (ações de distribuição da riqueza) foram minimamente alterados pelo crescimento, mesmo que todos os estratos sociais tenham melhorado muito via crescimento (Schnaiberg, 1975: 9; Zeitlin, 1977, Parte 2).

tos cruciais, como o petróleo, tornam impossível a reversão da síntese econômica tradicional a longo prazo (ver, por exemplo, Anderson, 1976; Miller, 1972;). Certamente, como Morrison (1976) notou, as pressões para retornar a essa síntese são grandes, e compreendê-las fornece *insights* sobre as clivagens econômicas contemporâneas e futuras.

Clivagens no sistema de estratificação

A síntese ecológica de Schnaiberg equivale ao que outros nomearam como sociedade “estacionária” ou de “estado estável”, e é amplamente aceito que essa sociedade precisaria ser muito mais igualitária do que a dos Estados Unidos contemporâneos (Anderson, 1976: 58-61; Daly, 1973: 168-170)¹². Alcançar a redistribuição necessária seria muito difícil, e a oposição à redistribuição provavelmente resultaria em sérias e instáveis clivagens dentro do sistema de estratificação. A longo prazo, conforme as restrições ambientais se tornam mais óbvias, os “abastados” ecologicamente conscientes provavelmente optarão por uma maior ênfase no gerenciamento da escassez para lidar com elas. Os resultados seriam desastrosos para os “desprovidos”, conforme o crescimento lento e os altos preços revertessem a tendência tradicional nos Estados Unidos, na qual todos os segmentos da sociedade melhoram suas condições materiais – não porque eles obtiveram uma fatia maior do “bolo”, mas porque o bolo continuou crescendo (Anderson, 1976: 28-33; Morrison, 1976). Crescimento lento sem aumento na redistribuição resultará na privação real – assim como na privação relativa – entre os “desprovidos”, tornando o conflito de classes mais provável do que nunca¹³. Como Morrison (1976: 299) notou, “[...] os antagonismos de classe que são suavizados pelo crescimento econômico geral tendem a emergir como conflitos de classe mais genuínos quando o crescimento diminui ou cessa”. Portanto, a longo prazo, o NPA sugere que as predições de Marx sobre conflitos de classe podem se tornar mais precisas, embora por razões que Marx não pudesse ter previsto.

A curto prazo, no entanto, uma possibilidade muito diferente parece provável. As pressões sociais resultantes do gerenciamento da escassez são tamanhas que “abastados” e “desprovidos” pressionarão por uma revisão para a síntese (do crescimento) econômica. De fato, Morrison (1973) previu que a emergência de uma clivagem dahrendorfiana (ou seja, não marxista): “expansionistas *versus* não expansionistas”, com todos aqueles que são dependentes do crescimento industrial (trabalhadores e proprietários) unindo-se em oposição a ambientalistas (que tipicamente mantiveram um posicionamento – em suas profissões, governo, educação, por exemplo – menos diretamente dependentes do crescimento). O firme apoio dos sindicatos ao crescimento e os esforços bem-sucedidos da indústria para obter o apoio dos trabalhadores e dos pobres nas batalhas contra os ambientalistas, ambos sugerem a emergência des-

12. Por exemplo, o consumo desnecessário devido ao excesso de riqueza e ao crescimento econômico decorrente do investimento do capital excedente (com o intuito de obter lucro) precisaria ser interrompido, assim como a pressão pelo crescimento econômico decorrente das necessidades não atendidas dos estratos mais baixos (ver, por exemplo, Anderson, 1976: 58-61; Daly, 1973: 168-171).

13. O gerenciamento da escassez e o crescimento lento provavelmente também intensificarão as tensões entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Isso leva os sociólogos orientados pelo NPA (Anderson, 1976: 258-269; Morrison, 1976) a enxergarem o futuro do desenvolvimento internacional bem distintamente dos sociólogos orientados pelo PEH (Horowitz, 1972).

sa coalizão. Algo um tanto irônico, portanto, esse suporte pela continuidade do crescimento econômico unindo capitalistas e “esquerda” (termo amplamente utilizado para incluir a maioria dos sindicatos, defensores dos pobres e acadêmicos marxistas). Esse apoio não apenas revela em que medida a maioria da esquerda abandonou as esperanças de uma redistribuição real em favor da obtenção de uma “parcela justa” do bolo em crescimento, mas também revela um mal-entendido acerca da distribuição dos custos e benefícios do crescimento econômico tradicional.

A cultura da pobreza solidificada

Sociólogos guiados pelo NPA não somente questionaram os supostos benefícios universais do crescimento, mas apontaram, consistentemente, para os “custos” geralmente negligenciados do crescimento – custos que tendem a ser bastante regressivos (Anderson, 1976: 30-31; Schnaiberg, 1975: 19). Portanto, cada vez mais é reconhecido que o local de trabalho e os centros das cidades constituem sérias ameaças à saúde, e que há uma forte relação inversa entre o *status* socioeconômico e a exposição à poluição ambiental (Schnaiberg, 1975: 19). Além disso, em seu estudo sobre a relação entre o *status* socioeconômico e a poluição do ar, Burch (1976) foi além ao sugerir que:

Cada um desses poluentes, quando ingeridos em níveis modestos por um período contínuo, é provável que tenham uma influência importante sobre a capacidade de uma pessoa persistir na luta pela melhoria de sua posição social... Essa exposição, assim como deficiências nutricionais, se assemelham a um mecanismo através do qual as desigualdades de classes são reforçadas (Burch, 1976: 314).

Isso o leva a sugerir que os esforços para erradicar a pobreza que não levam em conta o impacto debilitante das agressões ao meio ambiente provavelmente fracassarão.

Conclusão

Procuramos ilustrar a utilidade do NPA concentrando-nos em questões relacionadas à estratificação, pois acreditamos que esse é um dos muitos aspectos da sociedade que serão afetados pelas restrições ecológicas. Como notado acima, a curto prazo esperamos uma enorme pressão para se reverter para a síntese do crescimento econômico, pois tal estratégia procura aliviar as tensões sociais às custas do meio ambiente. Claro que o NPA implica que tal estratégia não pode continuar indefinidamente (e as evidências dão suporte a isso – ver, por exemplo, Miller, 1972). Portanto, somos confrontados com a necessidade de escolher entre o gerenciamento da escassez e uma síntese ecológica¹⁴. Os efeitos deletérios do primeiro já estão se

14. Vale a pena explicitar um ponto implícito em nossa discussão: o NPA sugere que a escassez de recursos é inevitável, mas, como o trabalho de Schnaiberg bem indica, as sociedades podem reagir a ela de várias maneiras. Assim, como Schnaiberg (1975: 17) sugere, os sociólogos devem começar a examinar os impactos sociais (especialmente os impactos distributivos) de respostas alternativas à escassez.

tornado óbvios; ajudam a explicar as tendências descritas por Aronowitz e outros. No entanto, a conquista de uma verdadeira síntese ecológica vai requerer alcançar uma sociedade de estado estável, objetivo muito difícil. Como estudiosos da organização social, os sociólogos devem desempenhar um papel vital no delineamento das características dessa sociedade, de procedimentos factíveis para alcançá-la e de seus prováveis custos sociais (ver Anderson, 1976, para um esforço preliminar). Contudo, até que a sociologia se liberte do Paradigma da Excepcionalidade Humana, essa tarefa será impossível.

Nota dos autores

Autores que contribuíram para a preparação deste trabalho estão listados em ordem alfabética. Em vários momentos, beneficiamo-nos de estimulantes discussões, pelas quais somos gratos, com os seguintes colegas e estudantes de pós-graduação: Don A. Dillman, Vikton Gecas, Dennis L. Peck, Kenneth R. Tremblay Jr, Kent D. Van Liere, John M. Wardell e Robert L. Wisniewski. Estamos em débito especialmente com Don Dillman por sua leitura crítica de uma versão preliminar deste trabalho. A contribuição de Dunlap foi financiada pelo Projeto 0158, do Department of Rural Sociology, da Washington State University, e este é o artigo científico nº 4933, do College of Agriculture Research Center, da Washington State University, Pullman, WA 99164.

Referências

- ALBERCHT, S. L.; MAUSSA, A. L. The environment as a social problem. In: MAUSS, A. L. *Social problems as social movements*, p. 556-605. Philadelphia, PA: J. B. Lippincott Co, 1975.
- ALLEN, W. R. Scarcity and order: the hobbesian problem and the human resolution. *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 263-275, 1976.
- ANDERSON C. H. *The sociology of survival: social problems of growth homewood*. Chicago, IL: Dorsey Press, 1976.
- ARONOWITZ, S. *Food, shelter and the American dream*. New York: Seabury Press, 1974.
- BELL, D. *The coming of post-industrial society*. New York: Basic Books, 1973.
- BURCH JR., W. R. The peregrine falcon and the urban poor: some sociological inter-

relations. In: RICHERSON, P. J.; MCEVOY, J. (Eds.). *Human, ecology an environmental approach*, p. 308-316. Duxbury, 1976.

_____. *Daydreams and nightmares: a sociological essay on the American environment*. New York: Harper and Row, 1971.

BUTTEL, F. H. Social science and the environment competing theories. *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 307-323, 1976.

CARSON, R. *Silent spring*. Boston, MA: Houghton-Mifflin, 1962.

CATTON JR., W. R. Toward prevention of obsolescence in sociology. *Sociological Focus*, v. 9, p. 89-98, 1976a.

_____. Why the future isn't what it used to be (and how it could be made worse than it has to be). *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 276-291, 1976b.

COMMONER, B. *The closing circle*. New York: Knopf, 1971.

DALY, H. E. The steady-state economy: Toward a political economy of biophysical equilibrium and moral growth. In: _____ (Ed.). *Toward a steady-State economy*. San Francisco: W. H. Freeman, 1973.

DENISOFF, R. S.; CALLAHAN, O.; LEVINE, M. H. (Eds.). *Theories and paradigms in contemporary sociology*. Chicago, IL: Peacock, 1974.

DUNLAP, R. E. (Ed.) *Directory of Environmental Sociologists*, Circular n. 586. Pullman, WA: Washington State University, College of Agriculture Research Center, 1975.

DUNLAP, R. E.; CATTON JR., W. R. Environmental sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 5, p. 243-273, 1979.

DUNLAP, R. E.; VAN LIERE, K. D. The "new environmental paradigm": a proposed measuring instrument and preliminary results. In: *Annual Meeting of the American Sociological Association*, Chicago, IL, 1977.

EHRlich, P. R. EHRlich, A. H. *Population, resources, environment*. San Francisco, CA: W. H. Freeman, 1970.

FRIEDRICHs, R. W. *A sociology of sociology*. New York: Free Press, 1972.

GOULDNER, A. W. *The coming crisis of Western sociology*. New York: Basic Books, 1970.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, p. 1243-1248. 1968.

- HAWLEY, A. H. (Ed.). *Man and environment*. New York: New York Times Company, 1975.
- HOROWITZ, I. L. *Three worlds of development: the theory and practice of international stratification*. 2 ed. New York: Oxford University Press, 1972.
- HUMPHREY, C. R.; BUTTEL, F. H. New directions in environmental sociology. In: *Annual Meeting of the Society for the Studies of Social Problems*, New York, 1976.
- KLAUSNER, S. Z. *On man in his environment*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1971.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*, Chicago, IL: University of Chicago Press, 1962.
- MANDERSCHIED, R. W. (Ed.). *Annotated directory of members ad hoc committee on housing and physical environment Adelphi*. Baltimore, MD: Mental Health Study Center, 1977.
- MICHELSON, W. H. *Man and his urban environment*. 2 ed. Boston, MA: Addison-Wesley, 1976.
- MILLER JR., G. T. *Replenish the Earth: A primer in human ecology*. Belmont, CA: Wadsworth, 1972.
- MORRISON, D. E. Equity impacts of some major energy alternatives. In: *Annual Meeting of the American Sociological Association*. Chicago, IL, 1977.
- _____. Growth, environment equity and scarcity. *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 292-306, 1976.
- _____. The environmental movement: conflict dynamics. *Journal of Voluntary Action Research*, v. 2, p. 74-85, 1973.
- PARSONS, T. *The evolution of societies*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.
- POTTER, D. M. *People of plenty*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1954.
- RITZER, G. *Sociology: a multiple paradigm science*. Boston, MA: Allyn and Bacon, 1975.
- SCHNAIBERG, A. Social synthesis of thee societal environment dialect: the role of distributional impacts. *Social Science Quarterly*, v. 56, p. 5-20, 1975.
- _____. *Environmental sociology and the division of labor*. Evanston, IL: Northwestern University, 1972 (mimeo).

STRUMPEL, B. (Ed.). *Economic means for human needs*. Ann Arbor, MI: Ann Arbor Institute for Social Research, University of Michigan, 1976.

SUMNER, W. G. Earth hanger or the philosophy of land grabbing. In: KELLER, A. G. (Ed.). *Earth hunger and other essays*, p. 31-64. New Haven, CT: Yale University Press, 1913.

VAN BAVEL, C. H. M. Soil and oil. *Science*, v. 197, p. 213, 1977.

ZEISEL, J. *Sociology and architectural design*. New York: Russel Sage Foundation, 1975.

ZEITLIN, M. (Ed.). *American Society, Inc.* 2 ed. Chicago, MI: Rand McNally, 1977.



